

Representação política volta a debate

O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury, anunciou que a entidade promoverá um amplo debate de três dias com líderes e parlamentares dos dois partidos, sobre a aspiração de Brasília de passar a contar com uma representação política. Ainda esta semana, Lindberg e demais membros da diretoria da ACDF iniciarão uma série de contatos no Congresso Nacional, a fim de convidarem deputados e senadores para um diálogo com representantes de "todas as forças vivas da comunidade".

Após esses contatos, será estabelecido o período em que os debates serão realizados no plenário da Associação, em reuniões abertas e às quais terão acesso não só dirigentes e representantes de entidades, como também todas as pessoas interessadas na defesa dos interesses da comunidade. Com essa promoção, a ACDF procura dinamizar o seu empenho na defesa da tese contida na "Proclamação de Brasília", documento que resultou do I Simpósio sobre Problemas Empresariais no DF, realizada no ano passado.

Esse documento, acentua a certa altura: "No dia 21 de abril de 1978, a cidade completará 18 anos de existência, quando então todos os brasilienses natos terão adquirido a maioridade eleitoral, sem contar ainda os anteriores nascidos aqui, porque seus pais, acampados na pobreza Cidade - Livre, antecederam a inauguração oficial da Nova Capital. A esta altura Brasília já é uma cidade adulta. Se evoluiu para a maturidade, também é chegada a hora de que tal realidade seja reconhecida pelo Lei. Não mais se compreende o descompasso entre um eleitorado consciente e a incompatibilidade de exercer o direito do voto. Mais que o direito, o dever".

E acrescenta: "Dessa forma, o impedimento do eleitor brasiliense tipifica uma violação e mais do que isto, uma injustiça inconstitucional inexplicável. Não se situa ele no plano da igualdade perante os demais eleitores. Ficou despojado do seu direito de participar, transformando-se num pária na paisagem política. Um punido sem crime. O

Senado da República, especialmente pela Comissão do Distrito Federal, por sua vez, não possui nem vocação nem estrutura para atender às demandas legislativas do Distrito Federal, no seu âmbito mais abrangente. As carências administrativas passam-lhe despercebidas. Os anseios da população não lhe encontram teto para formarem eco, pois está voltado para os problemas dos Estados que representa e para os da Nação. Urge por termos à iniquidade. Não se pode mais cointar a irrefreável vontade popular de participação no processo político. O único

meio pelo qual se deve concretizar tão almejado anseio é pelo sufrágio universal do voto, em que os eleitores, escolhendo os seus candidatos, alcançam - os à condição de seus legítimos e diretores representantes no Poder Legislativo".

REPERCUSSÃO

Segundo Lindberg, ele e os demais dirigentes da Associação Comercial têm ficado bastante entusiasmado com a repercussão que tanto a tese da "Proclamação de Brasília", quanto a de um brasiliense no Buriti, ambas nascidas na ACDF, têm alcançado no meio da comunidade. "Essa repercussão tem alcançado tão grande proporção que as teses deixaram de pertencer à nossa casa, passando a ser, na realidade, de toda a população de Brasília.

Na sua opinião, o recente memorial entregue ao Senador Petrólio Portella, reivindicando um brasiliense no Buriti, é uma demonstração da amplitude já alcançada pelo movimento. Explorou, porém, que a Associação Comercial do Distrito Federal embora concorde em tese com a filosofia do documento, que defende uma ideia sua, não o assinou, por discordar da metodologia utilizada na sua elaboração e da maneira como foi entregue.

E assinalou: "Por uma questão de princípios, a Associação Comercial nunca participaria de um movimento que se propõe a defender interesses comunitários, mas que se realiza em termos reservados. Todas as vezes que a ACDF tiver que tratar de assuntos que digam respeito aos interesses da comunidade - e isto acontece com uma frequência bastante acentuada - ela o fará de portas abertas de modo que das discussões possam participar os mais diferentes segmentos da população, inclusive a imprensa".

De qualquer forma, a campanha pela defesa de um brasiliense no Buriti vai prosseguir, devendo ganhar uma maior incrementação a partir do momento em que houver uma definição quanto ao nome do futuro Presidente da República. Para a ACDF, as perspectivas são as melhores possíveis. É que, até agora, os dois candidatos que deverão concorrer à Convenção Nacional da Arena, são homens com ampla vivência de Brasília, o que significa dizer que podem contar, no seu círculo de relacionamento, com um considerável número de brasilienses merecedores de sua confiança e que podem ser designados para o Governo do Distrito Federal.

Lindberg deixou claro que a Associação Comercial não tem nomes a indicar, nem indicará. O que ela espera é que o futuro Presidente, nas articulações gerais da política nacional, não venha a transformar Brasília num prêmio de consolação para um político que tenha sido relegado na sua região.



Lindberg Aziz Cury